

■ DORA KRAMER

Eleitor já faz reforma

A constatação não chega a ser exatamente nova, mas como o tema é de validade permanente até que se mudem formalmente as regras, o debate permanece atual: a despeito da vontade dos políticos, que ainda resistem a mudanças nas normas que os elegem e regulam as vidas de seus partidos, o eleitorado pouco a pouco vai ele mesmo mostrando o quanto é urgente a modernização dos sistemas eleitoral e partidário no Brasil.

Os principais candidatos à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, em dois momentos recentes fizeram uma parada na produção de frases feitas para abordar o tema. O presidente reafirmando que, se reeleito, jogará a força do Executivo na defesa da aprovação da reforma política pelo Congresso. E Lula, comprando explícita e corajosamente a tese do voto facultativo. Corajosamente, porque o voto obrigatório ainda é matéria-prima cara à esquerda.

Diante da pesquisa do Ibope que mostra 51% dos entrevistados dizendo claramente que não iriam votar caso não fossem obrigados por lei, o candidato do PT foi direto: "O PT ainda não se definiu, mas eu particularmente sou a favor do voto facultativo. Assim iremos dar mais responsabilidade aos partidos, que terão de trabalhar mais para convencer os eleitores. Acho que o eleitor só deveria votar se fosse convencido pelos partidos."

É isso, embora não seja apenas isso. Ao deixar bem clara sua posição, Lula desnudou em palavras simples, num raciocínio sem grandes elaborações, todo o anacronismo da argumentação segundo a qual a democracia brasileira é plantinha tenra que necessita ser regada a poder de cabresto. A direita também adora essa tese, mas é na esquerda que ela acaba por adquirir certa credibilidade.

Quando, na verdade, apenas mascara o pressuposto de que o eleitor é um infantilóide a quem é inútil tentar convencer, sendo necessário (na verdade, cômodo) por isso obrigá-lo.

O que se diz é que se o cidadão puder exercer sua vontade livremente, ele optará por negligenciar de seu direito ao voto, prejudicando, com isso, o sistema representativo.

É sofisma, dado que o sistema tal como funciona hoje não leva em consideração a representação dos cidadãos e sim a capacidade que corporações, grupos sociais de interesse específico ou mesmo entidades e setores organizados (como a mídia até) têm de apresentar aos partidos gente capaz de produzir votos que os levem a atingir o mais alto coeficiente eleitoral.

Argumentarão agora os entendidos que o raciocínio anda a misturar alhos com bugalhos, pois uma coisa é voto facultativo, outra é sistema eleitoral, este sim condutor da representação equivocada.

Mas se procura demonstrar que o que fere a representação não é a obrigatoriedade do voto. E não é por outro motivo que as reformas precisam ser amplas e abarcar toda a gama de problemas resultantes de um processo gasto pleno de distorções.

Fala-se também no ínfimo percentual de cidadãos que elegeriam seus delegados às câmaras, assembleias, prefeituras, governos e presidência. Outro sofisma que a mesma pesquisa do Ibope derruba: se 51% não votariam, 48% iriam às urnas e apenas 1% não soube responder.